



LIÇÃO 3 “O PAI ENVIOU O FILHO”

INTRODUÇÃO

A afirmação bíblica de que “o Pai enviou o Filho” constitui o núcleo mais profundo da fé cristã e o eixo estruturante de toda a revelação redentora. Nela convergem cristologia, teologia trinitária, soteriologia e a própria doutrina da revelação. O cristianismo não se fundamenta primordialmente em códigos morais, experiências subjetivas ou sistemas filosóficos, mas em um ato soberano, eterno e historicamente manifestado: Deus tomou a iniciativa de intervir na história enviando o Seu Filho ao mundo. Essa verdade, embora expressa de forma simples nas Escrituras, carrega implicações teológicas insondáveis e decisivas para a compreensão da salvação.

O envio do Filho revela, antes de tudo, quem Deus é em Sua essência. O Deus cristão não é um ser distante, indiferente ou silencioso diante da tragédia do pecado, mas um Deus que age, que se move em direção à Sua criação caída e que se revela por meio de um ato concreto de autodoação. Ao enviar o Filho, o Pai não apenas comunica informações sobre Si mesmo, mas manifesta o Seu próprio coração. A revelação cristã é, portanto, essencialmente relacional e redentora.

Desde a eternidade, Deus determinou manifestar a Sua glória por meio da redenção. A encarnação do Filho não deve ser entendida como um recurso emergencial diante do fracasso humano, mas como a execução histórica de um plano eterno, concebido no conselho divino antes da fundação do mundo. A Escritura apresenta o Cordeiro como “conhecido, com efeito, antes da fundação do mundo” (1Pe 1.20), deixando claro que a cruz não é um acidente da história, mas o centro do propósito eterno de Deus.

“Onde há estudo, nasce a sabedoria; onde há sabedoria, nasce a mudança.”



Nesse sentido, o envio do Filho deve ser compreendido dentro da obra indivisível do Deus Triúno. A salvação não é o resultado da ação isolada de uma Pessoa divina, mas da perfeita harmonia entre Pai, Filho e Espírito Santo. O Pai planeja a redenção segundo o beneplácito de Sua vontade, o Filho executa essa vontade por meio de Sua encarnação, obediência e sacrifício, e o Espírito aplica eficazmente os benefícios dessa obra aos eleitos. Assim, o envio do Filho é simultaneamente um ato cristológico e uma revelação trinitária.

Esta lição, portanto, propõe-se a aprofundar, de forma bíblica, teológica e histórica, a doutrina do envio do Filho, articulando três eixos fundamentais: o amor soberano do Pai como origem da redenção, a encarnação do Filho na plenitude dos tempos e a perfeita harmonia da Trindade na economia da salvação. O objetivo não é apenas transmitir informações doutrinárias, mas formar uma compreensão sólida, reverente e profundamente cristocêntrica da obra redentora de Deus.

I. O ENVIO DO FILHO E O AMOR DO PAI

1. O amor incondicional do Pai como origem e fundamento da redenção

O amor do Pai não é o resultado da redenção, mas a sua causa primeira. João 3.16 estabelece essa verdade de maneira definitiva ao afirmar que Deus amou o mundo e, por isso, deu o Seu Filho unigênito. O texto não sugere que o amor divino surgiu em resposta ao arrependimento humano ou foi despertado por algum mérito presente na humanidade. Pelo contrário, o amor precede o envio, e o envio revela a natureza desse amor.

O termo grego *agápē*, utilizado para descrever o amor de Deus, não se refere a um sentimento espontâneo ou a uma afeição emocional, mas a um amor deliberado, soberano e sacrificial. Diferentemente de outras formas de

“Onde há estudo, nasce a sabedoria; onde há sabedoria, nasce a mudança.”



amor, *agápē* não encontra sua causa no valor do objeto amado, mas na decisão daquele que ama. Conforme observa W. E. Vine, quando esse termo é aplicado a Deus, expressa o interesse profundo e constante de um Ser absolutamente perfeito por criaturas moralmente indignas. Assim, o amor divino não ignora o pecado, mas age apesar dele.

Essa verdade é aprofundada por Paulo em Romanos 5.8, quando afirma que Cristo morreu por nós sendo nós ainda pecadores. Aqui, o apóstolo desmonta qualquer tentativa de fundamentar a salvação no mérito humano. O amor do Pai não responde à mudança do homem; ele é o meio pelo qual o homem é transformado. O envio do Filho não é consequência da conversão humana, mas a causa dela.

Myer Pearlman observa corretamente que o amor de Deus jamais pode ser compreendido isoladamente de Sua santidade. O amor divino não é permissivo nem indulgente; ele é santo, justo e moralmente coerente. Por isso, o envio do Filho não ocorre à margem da justiça divina, mas como o único meio pelo qual a justiça e a misericórdia se encontram de forma perfeita. A cruz, longe de negar a santidade de Deus, a confirma, ao mesmo tempo em que manifesta a profundidade de Seu amor.

2. A iniciativa soberana do Pai no plano eterno da salvação

A Escritura é inequívoca ao afirmar que a iniciativa da salvação pertence exclusivamente a Deus. Efésios 1.4–5 declara que fomos escolhidos em Cristo antes da fundação do mundo, segundo o beneplácito da vontade divina. Essa afirmação desloca radicalmente o centro da soteriologia do homem para Deus. A redenção não nasce da decisão humana de buscar a Deus, mas da decisão eterna de Deus de salvar.

“Onde há estudo, nasce a sabedoria; onde há sabedoria, nasce a mudança.”



Essa eleição não é arbitrária nem impessoal, mas realizada “em Cristo”. O Filho é o meio, o fundamento e o ambiente no qual o plano redentor é estabelecido. Pedro reforça essa verdade ao afirmar que Cristo foi conhecido antes da fundação do mundo, mas manifestado nos últimos tempos por amor de nós (1Pe 1.20). A encarnação, portanto, não inaugura o plano redentor, mas o revela no tempo.

Gordon Fee observa que, especialmente na teologia paulina, a cruz jamais é apresentada como imprevisto diante da queda, mas como o cumprimento do plano eterno de Deus agora revelado na história. O envio do Filho é a manifestação histórica de uma decisão tomada na eternidade, dentro do conselho da Trindade.

A declaração de 1 João 4.10 é decisiva para essa compreensão: “não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que Ele nos amou e enviou o Seu Filho como propiciação pelos nossos pecados”. O termo *hilasmós* (propiciação) indica que o amor do Pai não ignora Sua ira santa contra o pecado, mas provê o meio justo pelo qual essa ira é satisfeita. Assim, a iniciativa soberana do Pai é ao mesmo tempo amorosa e juridicamente eficaz, resolvendo de maneira definitiva o problema do pecado humano.

3. O envio do Filho e a perfeita harmonia da Trindade

Embora o Novo Testamento utilize repetidamente a linguagem do envio — o Pai envia o Filho — essa linguagem deve ser interpretada à luz da doutrina trinitária. O envio não implica superioridade ontológica do Pai nem inferioridade essencial do Filho. A distinção apresentada nas Escrituras é funcional, não ontológica.

A teologia cristã histórica distingue corretamente entre a Trindade imanente e a Trindade econômica. Na Trindade imanente, Deus é um em essência e

“Onde há estudo, nasce a sabedoria; onde há sabedoria, nasce a mudança.”



três em Pessoas, coeternas, coiguais e consubstanciais. Não há hierarquia, subordinação ou desigualdade no ser divino. Na Trindade econômica, essas mesmas Pessoas se manifestam em funções distintas na história da salvação, visando a execução do plano redentor.

Nesse contexto, o Pai envia, o Filho é enviado e obedece voluntariamente, e o Espírito é derramado para aplicar a obra consumada. Essa ordem não nasce de inferioridade, mas de um acordo eterno dentro da única vontade divina. O Filho não é compelido a vir; Ele se oferece em perfeita unidade com o Pai (Jo 10.17–18).

Atanásio, ao combater o arianismo, afirmou com precisão que o Pai jamais age sem o Filho, nem o Filho age separado do Espírito. Essa unidade é claramente apresentada em Efésios 1.3–14, onde o Pai elege, o Filho redime e o Espírito sela, operando de maneira inseparável na obra da salvação. O envio do Filho, portanto, não fragmenta a Trindade, mas revela sua perfeita unidade em ação redentora.

II. O FILHO E A PLENITUDE DOS TEMPOS

1. A plenitude dos tempos e o governo soberano de Deus sobre a história

A expressão paulina “plenitude dos tempos” (Gl 4.4) carrega profundo significado teológico e histórico. Ela afirma que a encarnação do Filho não ocorreu por acaso, nem como resposta tardia de Deus à condição humana, mas no momento exato determinado pela Sua soberania eterna. O tempo, na perspectiva bíblica, não é um fluxo autônomo governado pelo acaso, mas uma realidade criada e dirigida por Deus para a realização de Seus propósitos redentores. Assim, a história não é um palco neutro onde Deus ocasionalmente intervém; ela é o próprio instrumento por meio do qual Ele executa Seu plano.

“Onde há estudo, nasce a sabedoria; onde há sabedoria, nasce a mudança.”



A Escritura apresenta Deus como Senhor absoluto da história. Daniel declara que Deus “muda os tempos e as estações; remove reis e estabelece reis” (Dn 2.21). Paulo afirma que Deus “determina os tempos anteriormente estabelecidos e os limites da habitação humana” (At 17.26). Essas afirmações eliminam qualquer leitura secularizada da história e revelam que os grandes movimentos políticos, culturais e sociais estão, conscientemente ou não, subordinados ao governo providencial de Deus.

Nesse contexto, o surgimento do Império Romano não pode ser compreendido apenas como um fenômeno político. A Pax Romana, com sua relativa estabilidade, suas estradas bem estruturadas e seu sistema administrativo eficiente, criou condições ideais para a rápida propagação do evangelho. O mesmo se aplica à língua grega (koiné), que funcionou como idioma comum em grande parte do mundo mediterrâneo, possibilitando que a mensagem cristã fosse registrada e transmitida com clareza e alcance universal.

O judaísmo, por sua vez, desempenhou papel fundamental na preservação das Escrituras, na formação de uma cosmovisão monoteísta e na manutenção da esperança messiânica. Mesmo em meio à decadência espiritual de parte de sua liderança, o povo judeu aguardava a consolação de Israel (Lc 2.25–38). Esses elementos — político, cultural e religioso — não surgiram de forma aleatória, mas convergiram sob a direção soberana de Deus.

F. F. Bruce observa que o cristianismo nasceu no ponto exato em que promessa profética, necessidade espiritual e preparação histórica se encontraram. A plenitude dos tempos, portanto, revela que Deus não reage aos acontecimentos históricos; Ele os governa. A encarnação do Filho é a prova de que a história possui direção, sentido e propósito definidos pela vontade divina.

“Onde há estudo, nasce a sabedoria; onde há sabedoria, nasce a mudança.”



2. O Filho nascido de mulher: a encarnação real, plena e necessária

A afirmação de Paulo de que o Filho nasceu “de mulher” (Gl 4.4) não é meramente biológica, mas profundamente teológica. Ela afirma de maneira inequívoca a plena humanidade de Cristo. O Filho eterno não assumiu uma aparência humana, nem uma humanidade parcial, mas uma natureza humana real, completa e verdadeira. Ele entrou plenamente na condição humana, sujeitando-Se às limitações da existência terrena, exceto o pecado.

Hebreus 2.14 declara que Ele participou da carne e do sangue “para, por meio da morte, destruir aquele que tinha o poder da morte”. Essa declaração revela que a encarnação não é apenas um meio de revelação, mas uma necessidade redentora. Somente assumindo a natureza humana o Filho poderia representar o homem diante de Deus, obedecer em lugar do homem e morrer em substituição ao homem. A redenção exige identificação real, não simbólica.

Filipenses 2.7 afirma que Cristo “esvaziou-Se a Si mesmo, assumindo a forma de servo”. A doutrina da *kenosis* não deve ser compreendida como abandono da divindade, mas como renúncia voluntária ao uso independente de Seus atributos divinos. O Filho eterno não deixou de ser Deus; Ele escolheu viver como verdadeiro homem, em plena dependência do Pai e na unção do Espírito. Assim, a encarnação preserva simultaneamente a plena divindade e a plena humanidade de Cristo.

A teologia histórica afirma que em Cristo há uma única Pessoa com duas naturezas distintas, sem confusão, sem mudança, sem divisão e sem separação. Essa união hipostática não é um detalhe técnico, mas o fundamento da salvação. Se Cristo não fosse plenamente Deus, Seu sacrifício não teria valor infinito; se não fosse plenamente homem, não poderia substituir a humanidade caída.

“Onde há estudo, nasce a sabedoria; onde há sabedoria, nasce a mudança.”



Isaías 7.14 e Mateus 1.23 revelam que essa encarnação é obra soberana de Deus. O nascimento virginal não é um elemento periférico da fé cristã, mas um sinal de que a salvação não nasce da vontade humana, nem da capacidade moral do homem, mas da intervenção direta e graciosa de Deus. A encarnação é o movimento descendente do céu à terra, do eterno ao temporal, do divino ao humano.

3. O Filho nascido sob a Lei e a obediência redentora

Ao afirmar que o Filho nasceu “sob a Lei” (Gl 4.4), Paulo destaca outro aspecto essencial da obra redentora: Cristo submeteu-Se voluntariamente à ordem legal que governava a vida do povo de Deus. Ele viveu dentro do sistema da Lei mosaica, assumindo todas as suas exigências, responsabilidades e obrigações. Essa submissão não foi circunstancial, mas intencional, visando cumprir aquilo que nenhum outro ser humano conseguiu cumprir.

Cristo viveu em perfeita obediência à vontade do Pai, satisfazendo plenamente as demandas da Lei. Ele não apenas evitou o pecado, mas cumpriu positivamente tudo aquilo que a Lei exigia. Essa obediência absoluta é o que a teologia chama de obediência ativa de Cristo. Ele não apenas morreu em nosso lugar; Ele viveu por nós, oferecendo a Deus a vida perfeita que a Lei exigia, mas que a humanidade jamais conseguiu entregar.

John Stott observa que a morte de Cristo só possui valor redentor porque foi precedida por uma vida de perfeita fidelidade. Um sacrifício manchado pela desobediência não poderia expiar o pecado. Hebreus 7.26–27 afirma que Cristo é santo, inculpável, sem pecado e separado dos pecadores, qualificando-O como o único sacrifício plenamente aceitável diante de Deus.

“Onde há estudo, nasce a sabedoria; onde há sabedoria, nasce a mudança.”



Além disso, Cristo também se submeteu à penalidade da Lei ao morrer na cruz. Sua obediência passiva — Seu sofrimento, humilhação e morte — complementa Sua obediência ativa. Ambas são inseparáveis. Pela vida obediente, Ele cumpriu a Lei; pela morte substitutiva, Ele satisfaz a justiça divina. Romanos 5.19 afirma que “pela obediência de um só, muitos se tornarão justos”, revelando que a justiça que nos salva não é produzida por nós, mas imputada a nós em Cristo.

Assim, ao nascer sob a Lei, o Filho assume plenamente a condição humana para libertar aqueles que estavam sob a condenação da Lei. A encarnação culmina na redenção, e a obediência de Cristo torna-se o fundamento seguro da nossa justificação diante de Deus.

III. A ADOÇÃO E A OBRA COMPLETA DA TRINDADE

1. A adoção como finalidade última da redenção

A obra redentora realizada pelo envio do Filho não se esgota no perdão dos pecados nem na remoção da culpa jurídica diante de Deus. Embora a justificação seja absolutamente essencial, ela não representa o ponto final da salvação. A Escritura ensina que o alvo supremo da redenção é a adoção filial. Gálatas 4.5 afirma que Cristo veio “para remir os que estavam debaixo da Lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos”. A conjunção final (*hina*) utilizada por Paulo indica propósito: a redenção possui uma finalidade clara, que é introduzir os redimidos em uma nova relação com Deus.

A salvação, portanto, não é apenas um ato forense, no qual Deus declara o pecador justo, mas um ato relacional, pelo qual Deus acolhe o justificado como filho. A justificação resolve o problema da culpa; a adoção resolve o problema da alienação. O pecador não é apenas absolvido no tribunal divino, mas recebido na família de Deus. Essa realidade eleva a soteriologia

“Onde há estudo, nasce a sabedoria; onde há sabedoria, nasce a mudança.”



cristã para além de uma simples categoria jurídica, conduzindo-a ao âmbito da comunhão e da intimidade restaurada.

O termo grego *huiothesis* (adoção) indica literalmente “colocação como filho”. No mundo greco-romano, a adoção era um ato legal que concedia ao adotado um novo status, um novo nome, novos direitos e uma nova herança. O filho adotivo possuía os mesmos privilégios legais de um filho natural. Paulo utiliza essa imagem para comunicar que, em Cristo, os crentes não são apenas tolerados na presença de Deus, mas plenamente integrados à Sua família, com acesso, herança e dignidade filial.

É essencial, contudo, preservar a distinção entre a filiação natural de Cristo e a filiação graciosa dos crentes. Cristo é o Filho unigênito por natureza, eternamente gerado do Pai; os crentes são filhos por adoção, recebidos pela graça. Essa distinção protege a singularidade da pessoa de Cristo e, ao mesmo tempo, magnifica a generosidade da salvação. A adoção não diminui o Filho eterno; ela exalta a graça do Pai que compartilha Sua família com pecadores redimidos.

2. O Espírito Santo e a experiência viva da filiação

A adoção, embora decretada objetivamente na obra de Cristo, é aplicada subjetivamente pelo Espírito Santo. É o Espírito quem torna real e experiencial no coração do crente aquilo que foi conquistado juridicamente na cruz. Gálatas 4.6 afirma que “Deus enviou o Espírito de Seu Filho ao nosso coração, que clama: Aba, Pai”. O envio do Espírito está diretamente ligado à obra consumada do Filho, demonstrando que a salvação não é apenas um evento externo, mas uma realidade interior transformadora.

O clamor “Aba, Pai” não deve ser entendido como informalidade irreverente, mas como intimidade reverente. O termo *Aba* é aramaico e era

“Onde há estudo, nasce a sabedoria; onde há sabedoria, nasce a mudança.”



utilizado no contexto familiar para expressar confiança, proximidade e dependência filial. O fato de o Espírito aplicar aos crentes o mesmo termo utilizado por Jesus em Marcos 14.36 revela a profundidade da comunhão concedida pela graça. O crente passa a se relacionar com Deus não mais como um juiz distante, mas como um Pai amoroso.

Romanos 8.15–16 aprofunda essa verdade ao afirmar que o Espírito não nos concedeu um espírito de escravidão para novamente temermos, mas o Espírito de adoção, pelo qual clamamos: “Aba, Pai”. O Espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus. Esse testemunho não é meramente psicológico ou emocional, mas espiritual e objetivo, fundamentado na obra histórica de Cristo. A certeza da filiação não nasce da introspecção humana, mas da ação soberana do Espírito que aplica os méritos do Filho ao coração do crente.

Além disso, o Espírito não apenas confirma a filiação, mas forma progressivamente o caráter dos filhos. Ele conduz o crente à santificação, moldando-o à imagem do Filho primogênito (Rm 8.29). Assim, a adoção não é apenas uma mudança de status, mas o início de um processo de conformação à vida do próprio Cristo.

3. A Trindade na aplicação integral da salvação

A salvação, desde sua concepção eterna até sua aplicação final, é obra indivisível da Trindade. O Pai planeja a redenção segundo o beneplácito de Sua vontade; o Filho executa esse plano por meio de Sua encarnação, obediência e sacrifício; e o Espírito Santo aplica eficazmente os benefícios dessa obra aos eleitos. Essa distinção funcional não fragmenta a obra salvífica, mas revela a perfeita harmonia do Deus Triúno.

“Onde há estudo, nasce a sabedoria; onde há sabedoria, nasce a mudança.”



O Espírito Santo desempenha papel essencial na aplicação da salvação. Ele convence o mundo do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16.8–11); regenera o pecador, concedendo-lhe nova vida (Tt 3.5); sela os crentes como propriedade de Deus (Ef 1.13–14); e conduz o processo de santificação progressiva (2Ts 2.13). Em todas essas operações, o Espírito age em perfeita consonância com a obra do Filho e a vontade do Pai.

Jesus afirmou explicitamente que o Espírito viria para glorificar o Filho (Jo 16.14). Isso estabelece um princípio teológico fundamental: a obra genuína do Espírito é sempre cristocêntrica. Qualquer manifestação espiritual que desloque o foco da pessoa e da obra de Cristo compromete sua autenticidade. O Espírito não se promove a Si mesmo, nem conduz à exaltação humana; Ele conduz à glorificação do Filho e, por meio do Filho, à glorificação do Pai.

Assim, a salvação culmina na revelação plena do Deus Triúno em ação redentora. O Pai recebe filhos, o Filho compartilha Sua filiação e o Espírito testemunha e aplica essa realidade no coração dos redimidos. A adoção, portanto, não é um elemento periférico da salvação, mas sua consumação gloriosa, na qual pecadores são feitos filhos e introduzidos eternamente na comunhão do Deus Triúno.

CONCLUSÃO

O envio do Filho constitui a revelação mais elevada e definitiva do caráter de Deus e do Seu propósito eterno para a humanidade. Nele se manifestam, de forma inseparável, o amor soberano do Pai, a obediência perfeita do Filho e a atuação eficaz do Espírito Santo. A salvação cristã, portanto, não pode ser compreendida como um conjunto de atos isolados ou desconexos, mas como uma obra orgânica, indivisível e profundamente trinitária, enraizada no próprio ser de Deus.

“Onde há estudo, nasce a sabedoria; onde há sabedoria, nasce a mudança.”



Ao enviar o Filho, o Pai revela que o amor não é um atributo periférico de Sua natureza, mas o princípio a partir do qual Ele age redentoramente na história. Esse amor não é sentimental, instável ou indulgente, mas santo, justo e sacrificial. Ele não ignora a gravidade do pecado, nem relativiza a justiça divina, mas providencia, em Si mesmo, o meio pelo qual a culpa é removida, a ira é satisfeita e a comunhão é restaurada. O envio do Filho demonstra que a redenção não nasce da necessidade humana, mas da vontade soberana de Deus de glorificar-Se salvando pecadores.

O Filho, por Sua vez, revela que a obediência é o caminho da redenção. Sua vinda ao mundo não foi uma missão imposta, mas uma entrega voluntária em perfeita unidade com o Pai. Ao assumir a natureza humana, viver sob a Lei e obedecer plenamente até a morte, Cristo se torna o segundo Adão, o representante fiel da humanidade diante de Deus. Sua obediência ativa e passiva não apenas remove a condenação, mas estabelece uma nova base de justiça, pela qual os crentes são aceitos diante do Pai. Assim, a redenção não repousa na fidelidade humana, mas na fidelidade perfeita do Filho eterno.

O Espírito Santo completa essa obra aplicando, de maneira viva e eficaz, os benefícios da redenção ao coração dos eleitos. Ele não atua como agente independente, nem introduz uma nova obra paralela à de Cristo, mas glorifica o Filho ao tornar real, no tempo e na experiência, aquilo que foi consumado na cruz. Por meio do Espírito, o crente não apenas conhece a verdade da salvação, mas participa dela, experimentando a realidade da adoção, da santificação e da comunhão com Deus.

Nesse sentido, a adoção emerge como o ápice da obra redentora. Deus não salva apenas para perdoar, mas para receber. Não apenas absolve, mas acolhe. Não apenas remove a culpa, mas restaura a relação. O pecador redimido não é deixado à margem da vida divina, mas introduzido na família de Deus, passando a participar, por graça, da comunhão que eternamente

“Onde há estudo, nasce a sabedoria; onde há sabedoria, nasce a mudança.”



existe entre o Pai, o Filho e o Espírito. A salvação culmina não apenas em livramento do juízo, mas em participação na vida do Deus Triúno.

Negar qualquer Pessoa da Trindade é, portanto, comprometer todo o edifício da fé cristã. Sem o Pai, perde-se a origem soberana do amor redentor; sem o Filho, perde-se o fundamento objetivo da salvação; sem o Espírito, perde-se a aplicação viva e transformadora dessa obra. A fé cristã não sobrevive à fragmentação da Trindade, porque a redenção nasce, se realiza e se consuma na perfeita unidade do Deus Triúno.

Assim, a doutrina de que “o Pai enviou o Filho” não é apenas uma afirmação teológica entre outras, mas o coração pulsante do evangelho. Ela revela um Deus que age na história, que se doa em amor, que salva com justiça e que chama pecadores à comunhão eterna consigo mesmo. Compreender essa verdade não apenas fortalece a doutrina, mas aprofunda a adoração, firma a esperança e orienta toda a vida cristã para a glória daquele que, sendo Pai, Filho e Espírito Santo, realizou uma redenção perfeita e eterna.

“Onde há estudo, nasce a sabedoria; onde há sabedoria, nasce a mudança.”